



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90010-2026

MUNICÍPIO DE COCOS-BA

UASG: 983461

OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, sendo Diesel S500 e Gasolina Comum, destinados ao abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 4.595.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 21/05/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP:

Não



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
8. DOS RECURSOS.....	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 129-2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010-2026

TIPO: MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 006/2024, do Decreto Municipal nº 007/2024, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, bem como da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, sendo Diesel S500 e Gasolina Comum, destinados ao abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Cocos–BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

1.1.1. As empresas licitantes devem apresentar suas propostas observando exclusivamente **AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA**, considerando que estas **PREVALECERÃO** sempre sobre os dados disponíveis no Sistema do Governo Federal – Comprasgov. Portanto, as propostas devem ser elaboradas com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, que servirão como parâmetros para a verificação da aceitabilidade das propostas.

1.2. A licitação será realizada **por item**, conforme descrito no Termo de Referência.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.3. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1.3.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 1.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 1.8. Não poderão disputar esta licitação:
 - 1.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 1.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 1.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 1.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 1.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 1.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 1.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 1.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 1.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.9. O impedimento de que trata o item 1.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 1.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.8.2 e 1.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 1.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 1.12. O disposto nos itens 1.8.2 e 1.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 1.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 1.14. A vedação de que trata o item 1.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1.15. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 1.16. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 1.17. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 1.78.1 e 1.89.1 deste Edital.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

1.18. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.18.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.18.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

1.18.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

1.18.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.19. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.20. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

1.20.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.21. A falsidade da declaração de que trata os itens 1.18 ou 1.20 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

1.22. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.23. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.24. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 1.25. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 1.25.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 1.25.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 1.26. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 1.26.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 1.26.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 1.27. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.25 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 1.28. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
 - 1.28.1. **O prazo para resposta do licitante quando da solicitação do Pregoeiro via chat será de até 30 (trinta) minutos, inclusive quando da solicitação para negociação, exceto os itens cujo prazo previsto é de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.**
- 1.29. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 1.30. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 1.30.1. *valor unitário e total do item;*



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.31. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo previsto no Item em que estiver participando.
- 1.32. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 1.32.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 1.33. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.34. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.35. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 1.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.37. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 1.37.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 1.37.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 1.37.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 1.38. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1.39. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 1.40. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.41. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 1.42. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.43. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 1.44. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 1.45. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.46. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, dado que o valor dos bens em licitação, mesmo individualmente considerado, é mais elevado.
- 1.47. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 1.48. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 1.49. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 1.49.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 1.49.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 1.49.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.49.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.49.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.50. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 1.50.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 1.50.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.50.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 1.50.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.50.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.51. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 1.51.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 1.51, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 1.51.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.51.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.51.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.51.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.51.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.52. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.53. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.54. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.55. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.56. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.57. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.58. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 1.58.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.58.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 1.58.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.58.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.59. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 1.59.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
 - 1.59.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 1.59.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 1.59.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 1.59.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 1.59.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 1.59.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 1.59.2.2. empresas brasileiras;
 - 1.59.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 1.59.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 1.60. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 1.60.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 1.60.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.60.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 1.60.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.60.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.61. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

- 1.62. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 1.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 1.62.1. SICAF;
 - 1.62.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 1.62.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 1.63. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 1.64. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))



MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.64.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 1.64.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 1.64.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 1.65. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.18 e 1.20 deste edital.
- 1.66. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 1.67. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 1.67.1. conter vícios insanáveis;
 - 1.67.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 1.67.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 1.67.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 1.67.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 1.68. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 1.68.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 1.68.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 1.68.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 1.69. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 1.70. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.70.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 1.71. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 1.71.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 1.71.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 1.72. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 1.73. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.74. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 1.75. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 1.76. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 1.77. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE COCOS

DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 1.78. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.78.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 1.79. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 1.80. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 1.81. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 1.81.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 1.82. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 1.83. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 1.84. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 1.85. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.86. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 1.87. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 1.87.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 1.88. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 1.88.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 1.89. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 1.89.1. **Os documentos exigidos para habilitação contemplados no Sicaf ou não deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado a partir da solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 1.89.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 1.90. A verificação no Sicaf ou a exigência do envio dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 1.90.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 1.90.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 1.91. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):**



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.91.1. *complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*
- 1.91.2. *atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*
- 1.92. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.93. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.89.1.
- 1.94. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 1.95. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 1.96. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DOS RECURSOS

- 1.97. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.98. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 1.99. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 1.99.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 1.99.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 1.99.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.99.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 1.100. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 1.101. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.102. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 1.103. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.104. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.105. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.106. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.cocos.ba.gov.br.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 1.107. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 1.107.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 1.107.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 1.107.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 1.107.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 1.107.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 1.107.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 1.107.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 1.107.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.107.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.107.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 1.107.5. fraudar a licitação
- 1.107.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1.107.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 1.107.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 1.107.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 1.107.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 1.107.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 1.108. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 1.108.1. advertência;
 - 1.108.2. multa;
 - 1.108.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 1.108.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.109. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 1.109.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 1.109.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 1.109.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 1.109.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 1.109.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.110. A multa será recolhida em percentual de 1% (um por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 1.110.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 1.107.2 e 1.107.3, a multa será de 5% (cinco) por cento do valor do contrato licitado.
 - 1.110.2. Para as infrações previstas nos itens 1.107.4, 1.107.5, 1.107.6, 1.107.7 e 1.107.8, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do contrato licitado.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.111. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 1.112. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 1.113. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.107.1, 1.107.2 e 1.107.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 1.114. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.107.4, 1.107.5, 1.107.6, 1.107.7 e 1.107.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.107.1, 1.107.2 e 1.107.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.115. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.107.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 1.116. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 1.117. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.118. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 1.119. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 1.120. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 1.121. Do Abandono da Sessão de das Sanções:
- 1.121.1. Considera-se comportamento inidôneo e passível de sanção o abandono da sessão pública pelo licitante, caracterizado, entre outras hipóteses, pela ausência de manifestação após a apresentação de proposta ou lance, especialmente quando convocado pelo Pregoeiro para envio de documentos, negociação, apresentação de proposta realinhada ou quaisquer esclarecimentos necessários ao regular andamento do certame.
- 1.121.2. A conduta descrita no item anterior poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução total da obrigação assumida, bem como a caracterização de comportamento inidôneo, nos termos do art. 156 do mesmo diploma legal.
- 1.121.3. Poderão ser aplicadas ao licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- I – advertência;
 - II – multa, nos termos previstos neste edital;
 - III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 1.121.4. A reincidência na conduta de abandono da sessão ou a sua ocorrência em momento crítico do certame poderá ser considerada agravante para fins de dosimetria da sanção.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 1.122. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 1.123. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 1.124. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacaopmcocos@hotmail.com.
- 1.125. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 1.125.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 1.126. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.127. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 1.128. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 1.129. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 1.130. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 1.131. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.132. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.133. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 1.134. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.135. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 1.136. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cocos.ba.gov.br.
- 1.137. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 1.137.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 1.137.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 1.137.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Cocos-BA, 07 de maio de 2026.

Cleuton Domingues de Souza
Prefeito Municipal



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE CÔCOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. 1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, sendo Diesel S500 e Gasolina Comum, destinados ao abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Cocos–BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
1	Óleo diesel automotivo classificado como Diesel S-500 , destinado à utilização em motores de combustão interna do ciclo Diesel, com teor máximo de enxofre de 500 mg/kg (ppm), conforme especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O produto deverá atender integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos na Resolução ANP nº 50/2013 (ou outra que venha a substituí-la), bem como às normas da ABNT aplicáveis, apresentando características físico-químicas compatíveis com os padrões de qualidade exigidos, tais como:	LITRO	250.000	R\$ 8,66	R\$ 2.165.000,00



MUNICÍPIO DE COCOS

	<ul style="list-style-type: none"> • Aspecto límpido e isento de impurezas; • Cor característica; • Índice de cetano adequado; • Densidade dentro dos parâmetros normativos; • Ponto de fulgor conforme especificação; • Baixo teor de água e sedimentos. <p>Deverá conter adição obrigatória de biodiesel, nos percentuais definidos pela legislação vigente. O combustível deverá ser fornecido por estabelecimento autorizado e regularmente inscrito junto à ANP, garantindo procedência, qualidade e rastreabilidade do produto.</p>				
2	<p>Gasolina automotiva classificada como Gasolina Comum, constituída por uma mistura de hidrocarbonetos derivados do petróleo, com adição obrigatória de etanol anidro combustível, nos percentuais definidos pela legislação vigente. O produto deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Resolução ANP nº 807/2020 (ou norma que venha a substituí-la), bem como às normas técnicas aplicáveis, devendo apresentar, no mínimo, as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Límpida, isenta de impurezas e materiais em suspensão; • Índice de octanagem conforme padrão mínimo estabelecido; • Cor característica; • Densidade dentro dos limites normativos; • Pressão de vapor adequada; • Teor de etanol anidro conforme legislação vigente. <p>A gasolina comum deverá ser adequada para utilização em motores de ignição por centelha, garantindo desempenho, eficiência e redução de emissões, conforme</p>	LITRO	300.000	R\$ 8,10	R\$ 2.430.000,00

**MUNICÍPIO DE COCOS**

	padrões ambientais. O fornecimento deverá ser realizado por estabelecimento devidamente autorizado pela ANP, assegurando a qualidade, procedência e conformidade do combustível comercializado.				
TOTAL					R\$ 4.595.000,00

1.2. Os bens, objeto desta contratação, consistem no fornecimento de combustíveis, sendo Diesel S500 e Gasolina Comum, e são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.3. O objeto desta contratação, compreendendo o fornecimento de Diesel S500 e Gasolina Comum, não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 108/2024, de 10 de dezembro de 2024.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato estabelecerá de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência da contratação, inclusive quanto às condições de eventual prorrogação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade contínua de abastecimento da frota de veículos e equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cocos–BA, indispensáveis à execução das atividades administrativas e operacionais das diversas Secretarias Municipais.

2.2. O fornecimento de combustíveis, especificamente Diesel S500 e Gasolina Comum, é essencial para assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos, incluindo, mas não se limitando, ao transporte de servidores, apoio às ações de saúde, manutenção de estradas vicinais, serviços urbanos, atividades administrativas e demais demandas institucionais.

2.3. A ausência ou descontinuidade no fornecimento desses insumos comprometeria diretamente a prestação dos serviços públicos, podendo ocasionar prejuízos à coletividade, especialmente em áreas sensíveis como saúde, infraestrutura e atendimento à população.

2.4. A escolha pelos combustíveis Diesel S500 e Gasolina Comum decorre da compatibilidade com a frota municipal existente, observando-se as especificações técnicas dos fabricantes dos veículos e as normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2.5. Ressalta-se que, embora existam veículos da frota que utilizam Diesel S10, o fornecimento desse combustível já foi objeto de procedimento licitatório específico realizado anteriormente, não integrando, portanto, o escopo da presente contratação.



MUNICÍPIO DE COCOS

2.6. A contratação mostra-se, portanto, necessária e justificada sob o ponto de vista do interesse público, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e o adequado funcionamento da Administração Pública Municipal.

2.7. O objeto da contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, tendo em vista que o referido instrumento ainda não foi formalmente elaborado pelo Município. Não obstante, a presente contratação encontra-se devidamente amparada nos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes, em especial no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), evidenciando sua compatibilidade com o planejamento governamental e a existência de previsão de recursos para sua execução.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento contínuo e parcelado de combustíveis automotivos, sendo óleo diesel comum (S-500) e gasolina comum, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes e/ou a serviço do Município de Cocos–BA, conforme demanda.

4.2. Os combustíveis deverão atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando-se, ainda, a legislação vigente quanto aos percentuais obrigatórios de adição de biocombustíveis.

4.3. O fornecimento será realizado mediante abastecimento direto em posto revendedor da contratada, vedada a utilização de intermediários, sistemas de gerenciamento por cartão combustível ou redes credenciadas, em conformidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O abastecimento deverá ocorrer de forma contínua, imediata e conforme a demanda da Administração, considerando a natureza essencial e permanente da contratação, não sendo viável a formação de estoques pela Administração.

4.5. A contratada deverá possuir estrutura operacional adequada para o fornecimento, incluindo:

I – bombas de abastecimento em perfeito estado de funcionamento;

II – equipamentos regularmente aferidos e certificados pelos órgãos competentes;

III – instalações que atendam às normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis à atividade.

4.6. Os combustíveis fornecidos deverão ser isentos de impurezas, adulterações ou quaisquer substâncias que comprometam seu desempenho, devendo a contratada responsabilizar-se integralmente por eventuais danos causados à frota municipal em decorrência de fornecimento inadequado.



MUNICÍPIO DE COCOS

4.7. O fornecimento deverá possibilitar o controle, a rastreabilidade e a transparência das operações de abastecimento, devendo ser registrado, no mínimo:

- I – identificação do veículo ou equipamento;
- II – tipo de combustível fornecido;
- III – quantidade abastecida;
- IV – data e horário do abastecimento;
- V – identificação do responsável pelo abastecimento.

4.8. A contratada deverá disponibilizar meios de consolidação das informações de consumo, possibilitando o acompanhamento pela Administração, com vistas ao controle interno, à fiscalização contratual e à gestão eficiente da frota.

4.9. A contratada deverá estar regularmente autorizada ao exercício da atividade de revenda de combustíveis, especialmente junto à ANP, bem como atender integralmente às exigências legais de natureza fiscal, trabalhista, ambiental e regulatória.

4.10. A solução contratada deverá ser compatível com a realidade operacional do Município, devendo o estabelecimento da contratada estar localizado em área que viabilize o abastecimento eficiente da frota, evitando deslocamentos excessivos que comprometam a economicidade e a continuidade dos serviços públicos.

4.11. A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua de abastecimento, em horários compatíveis com a operação da frota municipal, inclusive para atendimento de demandas essenciais e emergenciais.

Subcontratação

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista a natureza direta e operacional do fornecimento.

4.13. A contratação deverá observar as normas ambientais aplicáveis, cabendo à contratada adotar práticas adequadas de armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis, bem como possuir licenciamento ambiental válido.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE COCOS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto será executado mediante o fornecimento contínuo e parcelado de combustíveis automotivos (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum), conforme a demanda da Administração, por meio de abastecimento direto em posto revendedor da contratada.

5.2. O abastecimento será realizado diretamente nos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, mediante apresentação de autorização formal emitida pela Administração, contendo a identificação do veículo/equipamento e demais informações necessárias ao controle do fornecimento.

5.3. A execução do objeto observará a natureza contínua da contratação, não sendo exigido quantitativo mínimo por abastecimento, devendo a contratada atender integralmente às demandas apresentadas ao longo da vigência contratual.

5.4. O fornecimento deverá ocorrer de forma imediata, no momento da solicitação, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município, vedada qualquer interrupção injustificada no atendimento.

5.5. O abastecimento deverá ser realizado exclusivamente no estabelecimento da contratada, por meio de suas instalações e equipamentos, não sendo admitida a utilização de intermediários, redes credenciadas ou sistemas de gerenciamento por cartão combustível.

5.6. Para cada abastecimento realizado, deverá ser emitido comprovante contendo, no mínimo:

- I – identificação do veículo ou equipamento;
- II – placa (quando aplicável);
- III – tipo de combustível fornecido;
- IV – quantidade abastecida;
- V – data e horário do abastecimento;
- VI – identificação do responsável pelo abastecimento.

5.7. Os registros de abastecimento deverão ser consolidados periodicamente pela contratada e disponibilizados à Administração, de modo a permitir o acompanhamento do consumo, a fiscalização contratual e a gestão da frota municipal.

5.8. A contratada deverá garantir o funcionamento regular de suas instalações e equipamentos durante todo o período contratual, assegurando condições adequadas para atendimento da demanda da Administração.

5.9. O atendimento deverá ocorrer em horário compatível com a operação da frota municipal, podendo a Administração demandar abastecimentos em horários diferenciados, especialmente para atendimento de serviços essenciais.



MUNICÍPIO DE COCOS

5.10. A execução contratual deverá observar rigorosamente as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis, sendo de responsabilidade da contratada a manutenção das condições regulares de funcionamento do estabelecimento.

5.11. A fiscalização do contrato será exercida pela Administração, que acompanhará a execução do objeto, verificando a conformidade dos abastecimentos realizados com as autorizações emitidas, bem como a compatibilidade entre os volumes fornecidos e o consumo da frota.

5.12. Os quantitativos previstos são estimados, não obrigando a Administração à sua total execução, sendo os pagamentos realizados de acordo com o consumo efetivamente registrado durante a vigência contratual.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.13. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

6.1. São obrigações da contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos-BA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.9. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.



MUNICÍPIO DE COCOS

6.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.1.12. Emitir e controlar as autorizações de abastecimento, contendo as informações necessárias à execução do objeto, garantindo a rastreabilidade das operações realizadas.

6.1.13. Manter atualizadas as informações relativas à frota municipal, bem como adotar mecanismos de controle e acompanhamento do consumo de combustíveis, visando à adequada gestão contratual.

6.2. São Obrigações da Contratada:

6.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.2.2. Fornecer combustíveis (**óleo diesel comum S-500 e gasolina comum**) em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando os padrões de qualidade vigentes.

6.2.3. Garantir que os combustíveis fornecidos sejam isentos de adulterações, impurezas ou quaisquer substâncias que comprometam seu desempenho, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados à frota municipal.

6.2.4. Realizar o abastecimento de forma contínua, imediata e conforme a demanda da Administração, assegurando a disponibilidade regular dos combustíveis durante toda a vigência contratual.

6.2.5. Disponibilizar posto de abastecimento localizado na sede do Município de Cocos–BA, em condições adequadas de funcionamento e atendimento.

6.2.6. Manter as bombas e equipamentos de abastecimento em perfeito estado de funcionamento, devidamente aferidos e certificados pelos órgãos competentes.

6.2.7. Registrar todas as operações de abastecimento, contendo, no mínimo:

I – identificação do veículo ou equipamento;

II – tipo de combustível;

III – quantidade fornecida;

IV – data e horário;

V – identificação do responsável.

6.2.8. Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados.

6.2.9. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, eventuais irregularidades no fornecimento.



MUNICÍPIO DE COCOS

6.2.10. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.

6.2.11. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2.12. Comprovar, quando solicitado, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

6.2.13. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade.

6.2.14. Comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto.

6.2.15. Observar as normas ambientais, de segurança e regulatórias aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis, mantendo licenciamento válido.

6.2.16. Não interromper o fornecimento sem prévia justificativa aceita pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.2.17. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência da execução contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Fiscalização



MUNICÍPIO DE COCOS

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

7.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8.6. O fiscal técnico do contrato deverá verificar a conformidade dos abastecimentos realizados, mediante conferência das autorizações emitidas pela Administração, bem como a compatibilidade entre os volumes fornecidos e o consumo dos veículos e equipamentos.

7.8.7. O fiscal técnico deverá acompanhar a regularidade do fornecimento, inclusive quanto à qualidade dos combustíveis, podendo, sempre que necessário, solicitar comprovação de conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Fiscalização Administrativa

7.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9.2. O fiscal administrativo deverá acompanhar a compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado, especialmente com base em levantamentos oficiais, como os divulgados pela ANP, visando evitar sobrepreço na execução contratual.



MUNICÍPIO DE COCOS

Gestor do Contrato

7.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.12.1. O gestor do contrato deverá acompanhar a evolução do consumo de combustíveis da frota municipal, avaliando eventuais variações atípicas e adotando medidas para o aperfeiçoamento da gestão e prevenção de desperdícios.

7.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. O recebimento do objeto dar-se-á de forma contínua, mediante a realização dos abastecimentos diretamente nos veículos e equipamentos da frota municipal, conforme a demanda da Administração.



MUNICÍPIO DE COCOS

8.2. Para fins de medição, serão considerados os **volumes efetivamente abastecidos**, com base nos registros individuais de cada operação, devidamente autorizados pela Administração.

8.3. Cada abastecimento deverá ser comprovado por meio de registro contendo, no mínimo:

- I – identificação do veículo ou equipamento;
- II – tipo de combustível;
- III – quantidade abastecida;
- IV – data e horário;
- V – identificação do responsável.

8.4. Os registros de abastecimento deverão ser consolidados periodicamente pela contratada e apresentados à Administração para conferência e validação.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá mediante a validação dos relatórios de abastecimento pelo fiscal do contrato, atestando a conformidade dos volumes fornecidos com as autorizações emitidas.

8.6. Poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, os abastecimentos realizados em desacordo com as autorizações emitidas ou com as especificações do Termo de Referência, devendo ser adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções.

Liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, acompanhada dos relatórios de abastecimento validados, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa.

8.8. Para fins de liquidação, será verificado se a nota fiscal contém:

- I – identificação do contrato;
- II – período de referência do abastecimento;
- III – quantitativos fornecidos;
- IV – valores unitários e total;
- V – eventuais retenções tributárias.

8.9. Havendo erro ou inconsistência, a liquidação ficará suspensa até a regularização, sem ônus para a Administração.

8.10. Os preços praticados deverão ser compatíveis com os valores de mercado, podendo a Administração, para fins de controle, utilizar como referência os preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP ou outro meio de pesquisa de preços permitido pela legislação vigente.

8.11. Constatada discrepância relevante em relação aos preços de mercado, a Administração poderá:

- I – solicitar justificativa à contratada;
- II – promover a revisão contratual, quando cabível;



MUNICÍPIO DE COCOS

III – adotar medidas administrativas para resguardar o interesse público.

Prazo de pagamento

8.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.13. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.18. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste tópico.

8.19. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.20. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020, bem como à verificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público



MUNICÍPIO DE COCOS

8.21. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.22. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.23. A cessão de crédito somente produzirá efeitos após formal comunicação à Administração e sua expressa anuência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma **parcelada e contínua**, conforme a demanda da Administração, mediante abastecimento direto dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal no posto da contratada.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



MUNICÍPIO DE COCOS

9.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.9. **Autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis automotivos,** expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em nome da licitante.

9.11. Comprovação de que o estabelecimento da licitante encontra-se em regular funcionamento, mediante apresentação de **alvará de funcionamento ou documento equivalente expedido** pelo órgão competente.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

9.14. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

9.16. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MUNICÍPIO DE COCOS

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#); Dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação.

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;

9.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.595.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais).



MUNICÍPIO DE COCOS

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no do Município de Cocos-BA.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.009.2006 – Gestão da Secretaria de Administração

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 - Fonte

06.181.022.2009 – Gestão da Ordem Pública

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

04.122.003.2048 – Gestão do Conselho Tutelar

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.08.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20.122.045.2058 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.15.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.245.026.2235 – Bloco da Proteção Social Básica

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661, 1660 – Fontes

08.245.027.2316 – Bloco da Proteção Social Especial

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661 - Fontes

08.122.040.2047 – Gestão Administrativa do FMAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

08.122.006.2070 – Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família – IGDBF

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1660 – Fonte

08.122.006.2073 – Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do SUAS – IGDSUAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1660 – Fonte

02.04.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.042.2016 - Gestão do FUNDEB

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1540, 1541, 1543 - Fontes

12.361.042.2017 - Gestão do Ensino Fundamental

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

12.361.042.2023 - Gestão do Ensino Fundamental – QSE



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1550 - Fonte

12.361.042.2024 - Programa de Dinheiro Direto da Escola

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1551 - Fonte

12.361.042.2025 - Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1553 - Fonte

12.365.025.2021 - Gestão da Educação Infantil

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

12.365.025.2312 - Gestão da Educação Infantil – Fundeb

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1540, 1541 – Fonte

02.12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

27.812.015.2026 Gestão das Ações de Esporte e Lazer

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

27.812.015.2044 Gestão do Desporto Amador

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.17.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS

26.782.011.2036 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.003.2010 Gestão da Tesouraria

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.16.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

15.122.035.2037 - Gestão do Departamento de Obras, Urbanismo e Serv. Públicos

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500, 1706, 1708, 1750, 1720 - Fontes

15.452.035.2040 - Gestão dos Serviços de Limpeza Pública

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

15.452.011.2042 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.09.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

04.122.050.2062 - Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.030.2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500, 1502 - Fonte

10.301.032.2027 - Gestão das Ações da Atenção Primária.

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1502, 1659, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.301.032.2030 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família – ESF

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1621, 1600, 1500 - Fontes

10.301.032.2034 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde Bucal – ESB

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2075 - Gestão de Ações da Atenção Especializada – MAC

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2300 - Gestão das Ações do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 - Fontes

10.304.030.2035 - Gestão das Ações de Vigilância em Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 – Fontes

02.10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

26.782.011.2038 - Gestão das Ações da Secretaria de Transportes

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

Cocos-Ba, 28 de abril de 2026.

Paulo Eduardo Kunrath
Secretário Municipal de Administração
Matrícula: 18921

Camargo Lopo de Macedo Arruda
Superintendente de Compras
Matrícula: 119229



MUNICÍPIO DE COCOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto o fornecimento contínuo de combustíveis automotivos, especificamente óleo diesel comum (S-500) e gasolina comum, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes e/ou a serviço do Município.

A necessidade da contratação decorre da demanda permanente de abastecimento da frota municipal, composta por veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus e máquinas pesadas, utilizados na execução das atividades administrativas e operacionais das diversas Secretarias Municipais.

O óleo diesel comum (S-500) será utilizado, predominantemente, em veículos e equipamentos movidos a motor ciclo Diesel, tais como caminhões, ônibus, tratores e máquinas pesadas, empregados na execução de serviços públicos contínuos, incluindo manutenção de vias, transporte de servidores, apoio a obras e demais atividades correlatas.

A gasolina comum será destinada ao abastecimento de veículos leves e utilitários, utilizados no deslocamento de equipes técnicas, atividades de fiscalização, serviços administrativos e atendimento às demandas institucionais.

Ressalta-se que o fornecimento de combustíveis possui natureza contínua e essencial, não sendo viável a formação de estoques relevantes por questões logísticas, operacionais e de segurança, razão pela qual se faz necessária a contratação de fornecedor para abastecimento regular e imediato, conforme a demanda.

A eventual descontinuidade no fornecimento comprometerá diretamente a execução dos serviços públicos, afetando a mobilidade da frota municipal e a capacidade de atendimento das políticas públicas, em prejuízo ao interesse coletivo.

Dessa forma, a contratação é indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas e operacionais do Município.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade de abastecimento da frota municipal, a futura contratação deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional e legal, aptos a garantir a continuidade dos serviços públicos, a eficiência logística e o adequado controle da utilização dos combustíveis.



MUNICÍPIO DE COCOS

Requisitos Técnicos dos Combustíveis

Fornecimento de óleo diesel comum (S-500) e gasolina comum, em conformidade com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os combustíveis deverão atender integralmente aos padrões de qualidade vigentes, sendo vedado o fornecimento de produtos adulterados, contaminados ou fora das especificações normativas.

Observância dos percentuais obrigatórios de adição de biocombustíveis, conforme legislação aplicável.

Requisitos Operacionais

O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua e conforme a demanda da Administração, considerando a natureza permanente da necessidade.

A solução a ser adotada deverá permitir o abastecimento ágil da frota, evitando prejuízos à execução das atividades institucionais.

Deverão ser assegurados mecanismos que garantam o controle, a rastreabilidade e a transparência das operações de abastecimento, possibilitando a fiscalização pela Administração.

Requisitos de Controle e Gestão

A futura contratação deverá possibilitar o registro das operações de abastecimento, contendo, no mínimo:

- identificação do veículo ou equipamento;
- tipo de combustível;
- quantidade fornecida;
- data e horário da operação.

A solução deverá permitir a consolidação de informações de consumo, visando subsidiar o controle interno, a gestão da frota e a tomada de decisões administrativas.

Requisitos de Regularidade e Conformidade

A futura contratada deverá estar regularmente autorizada pelos órgãos competentes, especialmente quanto ao exercício da atividade de comercialização de combustíveis.



MUNICÍPIO DE COCOS

Deverá atender às exigências legais relativas à regularidade fiscal, trabalhista e ambiental.

Observância das normas aplicáveis ao armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis.

Requisitos Logísticos

A solução adotada deverá ser compatível com a realidade operacional do Município, considerando:

- a localização da frota;
- a necessidade de abastecimento frequente;
- os custos indiretos de deslocamento.

Deverá ser avaliada, no âmbito deste estudo, a alternativa que proporcione maior economicidade e eficiência logística, podendo envolver diferentes modelos de fornecimento (ex.: abastecimento em estabelecimento local, rede credenciada ou solução equivalente).

Requisitos de Continuidade e Disponibilidade

A solução deverá garantir a disponibilidade contínua de abastecimento, evitando interrupções que comprometam a prestação dos serviços públicos.

Deverá ser capaz de atender demandas em horários compatíveis com a operação da frota municipal.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A solução para atendimento da necessidade de abastecimento da frota municipal não pode ser definida de forma genérica, devendo ser precedida de análise das alternativas disponíveis no mercado, à luz dos princípios da economicidade, eficiência e adequação à realidade local.

Dessa forma, a partir de pesquisas realizadas, especialmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como da análise de práticas adotadas por outros entes públicos, foram identificadas as seguintes soluções:

Solução 01: Construção de posto de combustível próprio

Consiste na implantação de estrutura própria para armazenamento e abastecimento de combustíveis, operada diretamente pela Administração Pública.



MUNICÍPIO DE COCOS

Trata-se de solução adotada, em regra, por entes de maior porte, com elevada demanda de consumo e capacidade de investimento. Sua implementação envolve custos significativos, tais como:

- construção da infraestrutura;
- aquisição de equipamentos;
- licenciamento ambiental;
- contratação de pessoal especializado;
- manutenção operacional contínua.

Além disso, a viabilidade dessa solução depende de elevado consumo regular de combustíveis, de modo a justificar economicamente o investimento inicial e os custos operacionais.

No contexto do Município, essa alternativa mostra-se pouco viável, em razão dos altos custos de implantação e manutenção, bem como da incompatibilidade com a escala de consumo local.

Solução 02: Credenciamento de postos revendedores

Consiste na realização de procedimento auxiliar de credenciamento para contratação simultânea de múltiplos postos de combustíveis, permitindo que diversos fornecedores atendam à Administração.

Nessa solução, a Administração realiza chamamento público permanente, possibilitando que novos interessados se credenciem a qualquer tempo.

Como vantagens, destacam-se:

- ampliação da competitividade;
- possibilidade de múltiplos pontos de abastecimento.

Entretanto, apresenta desafios relevantes, especialmente quanto:

- à gestão contratual;
- à definição de critérios objetivos para distribuição da demanda entre os credenciados;
- ao controle e fiscalização das operações.

No contexto municipal, pode haver limitação prática dessa solução, especialmente em razão da quantidade reduzida de postos disponíveis na região, o que pode comprometer sua



MUNICÍPIO DE COCOS

efetividade.

Solução 03: Contratação de empresa para gerenciamento de abastecimento (cartão combustível)

Consiste na contratação de empresa especializada na gestão de abastecimento, mediante utilização de sistema informatizado e rede credenciada de postos, com uso de cartões magnéticos ou eletrônicos vinculados à frota.

Essa solução apresenta como principais vantagens:

- maior controle e rastreabilidade dos abastecimentos;
- geração de relatórios gerenciais;
- redução de fraudes operacionais.

Por outro lado, implica custos adicionais, tais como:

- taxa de administração;
- eventual limitação da rede credenciada na região.

Diante da realidade do Município, especialmente quanto à localização geográfica e à possível restrição de rede credenciada, essa solução pode apresentar menor vantagem econômica e operacional.

Solução 04: Contratação direta de posto revendedor de combustíveis

Consiste na contratação de empresa para fornecimento direto de combustíveis, mediante abastecimento da frota conforme a demanda.

Trata-se da solução mais recorrente no âmbito da Administração Pública Municipal, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, em razão de sua:

- simplicidade operacional;
- menor custo administrativo;
- facilidade de fiscalização;
- compatibilidade com a realidade local.

Além disso, essa solução não envolve custos adicionais de intermediação, permitindo maior controle direto por parte da Administração.

Análise Comparativa e Indicação da Solução Mais Adequada



MUNICÍPIO DE COCOS

Considerando as alternativas analisadas, verifica-se que:

- a Solução 01 mostra-se inviável diante do elevado custo de implantação e da escala de consumo do Município;
- a Solução 02, embora viável em tese, apresenta limitações práticas relacionadas à gestão e à disponibilidade de fornecedores na região;
- a Solução 03 oferece maior controle, porém com custos adicionais e possível limitação operacional no contexto local;
- a Solução 04 revela-se a alternativa mais compatível com a realidade do Município, apresentando melhor relação entre custo, eficiência e viabilidade operacional.

Dessa forma, indica-se, preliminarmente, a adoção da Solução 04 – contratação direta de posto revendedor, por se mostrar a alternativa mais vantajosa sob os aspectos econômico, logístico e administrativo.

Nesse contexto, em prospecção feita junto a outros órgãos e entidades públicos, obteve-se o seguinte resultado quanto à aquisição de combustível (Diesel S500 e Gasolina Comum) necessários ao atendimento do interesse público:



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

Responsável: ROSILENE NEVES DOS SANTOS
Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Relatório de Cotação: AQUISIÇÃO DE GASOLINA E DIESEL COMUM

Pesquisa realizada entre 23/03/2026 15:09:04 e 08/04/2026 10:55:12

Relatório gerado no dia 08/04/2026 15:16:42 (IP: 128.201.36.69)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) GASOLINA COMUM	3	300.000 Litros	R\$ 7,47 (un)	-	R\$ 7,47	R\$ 2.241.000,00
2) DIESEL COMUM	6	250.000 Litros	R\$ 8,50 (un)	-	R\$ 8,50	R\$ 2.125.000,00

Valor Global: R\$ 4.366.000,00

A pesquisa completa segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

Verifica-se, assim, que a **Solução 04: Contratação direta de posto revendedor para**



MUNICÍPIO DE COCOS

aquisição dos combustíveis, neste momento é a melhor opção.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base no levantamento de mercado e na análise das alternativas disponíveis, a solução que se mostra mais adequada para atendimento da necessidade do Município é a **contratação direta de empresa para fornecimento de combustíveis (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum)**, mediante **abastecimento conforme demanda da frota municipal**.

A escolha fundamenta-se na avaliação dos aspectos técnicos, econômicos e operacionais das soluções analisadas, considerando as particularidades do Município.

A alternativa de implantação de posto próprio (Solução 01) foi afastada em razão dos elevados custos de investimento inicial, da necessidade de estrutura operacional específica, bem como da incompatibilidade com a escala de consumo do Município, não se mostrando economicamente viável.

A solução de credenciamento de múltiplos postos (Solução 02), embora viável sob o aspecto jurídico, apresenta limitações práticas relacionadas à gestão contratual e à reduzida quantidade de fornecedores disponíveis na região, o que compromete sua efetividade e potencial competitivo.

A contratação de empresa para gerenciamento de abastecimento por meio de sistema informatizado e rede credenciada (Solução 03), por sua vez, proporciona maior controle operacional, porém implica custos adicionais decorrentes da taxa de administração, além de possível limitação da rede credenciada na localidade, o que pode prejudicar a eficiência logística do abastecimento.

Diante desse cenário, a contratação direta de posto revendedor (Solução 04) apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, por reunir as seguintes características:

- maior simplicidade operacional;
- menor custo administrativo, sem incidência de taxas de intermediação;
- compatibilidade com a realidade do mercado local;
- facilidade de controle e fiscalização pela Administração;
- atendimento imediato e contínuo da demanda da frota municipal.

Além disso, a solução escolhida está alinhada às práticas adotadas por outros municípios de porte semelhante, conforme verificado em contratações disponibilizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Dessa forma, conclui-se que a solução selecionada atende de forma adequada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, mostrando-se a mais vantajosa para a Administração.



MUNICÍPIO DE COCOS

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades estimadas de combustíveis a serem contratadas (300.000 litros de Gasolina Comum e 250.000 litros de Diesel S500) foram definidas com base em metodologia de planejamento fundada no consumo global consolidado da Administração Municipal, considerando séries históricas de abastecimento, características operacionais da frota e projeção das demandas futuras das diversas Secretarias e unidades administrativas.

Para fins de dimensionamento, foram observados, de forma integrada, os seguintes parâmetros:

- histórico consolidado de consumo de gasolina comum e óleo diesel S500 em exercícios anteriores;
- intensidade de uso dos veículos, máquinas, equipamentos e geradores vinculados aos serviços públicos;
- rotinas operacionais distintas entre Secretarias, com variação de deslocamentos urbanos, rurais e intermunicipais;
- natureza contínua e essencial de serviços públicos dependentes de abastecimento regular;
- previsão de entrada, substituição, manutenção ou indisponibilidade temporária de veículos e equipamentos;
- sazonalidades administrativas e operacionais, inclusive períodos de maior demanda em ações específicas;
- necessidade de formação de margem técnica de segurança para prevenção de desabastecimento.

Ressalta-se que a estimativa foi elaborada com base no consumo institucional agregado, e não mediante simples divisão matemática do volume total pelo número de veículos cadastrados ou disponíveis em determinado período, uma vez que a frota municipal apresenta perfis de utilização heterogêneos. Há unidades com uso eventual e baixo consumo, enquanto outras operam de forma intensiva, diária e contínua, em jornadas ampliadas, percursos extensos ou atividades de maior esforço mecânico, resultando em demandas significativamente distintas entre si.

Também foram considerados, para fins estimativos, veículos próprios, locados, cedidos, conveniados, máquinas pesadas, equipamentos motorizados e demais meios operacionais que utilizam combustíveis no atendimento das políticas públicas municipais, desde que vinculados às atividades administrativas ou finalísticas.

A metodologia adotada busca refletir, com razoável precisão, a necessidade real de



MUNICÍPIO DE COCOS

abastecimento do Município durante a vigência contratual, sem superdimensionamento indevido e sem risco de insuficiência de saldo contratual.

Registra-se, ainda, que, por se tratar de contratação continuada e sob demanda, os quantitativos estimados possuem caráter referencial, não gerando obrigação de consumo integral, sendo os pagamentos realizados exclusivamente conforme o abastecimento efetivamente autorizado e comprovado.

Os quantitativos encontram-se detalhados em planilha específica anexa a este Estudo Técnico Preliminar, acompanhada da respectiva memória de cálculo, permitindo rastreabilidade dos critérios adotados, transparência dos dados utilizados e verificação da compatibilidade entre consumo histórico, demanda projetada e interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa preliminar de valor: R\$ 4.366.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais).

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser parceladas sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, o objeto da contratação compreende o fornecimento de dois tipos distintos de combustíveis automotivos, quais sejam, óleo diesel comum (S-500) e gasolina comum, os quais, embora possuam natureza semelhante, apresentam características próprias e possibilidade de fornecimento por diferentes agentes do mercado.

Dessa forma, verifica-se a viabilidade técnica do parcelamento do objeto em itens, permitindo a contratação separada para cada tipo de combustível, o que possibilita:

- ampliação da competitividade entre os fornecedores;
- obtenção de propostas mais vantajosas por item;
- maior flexibilidade na gestão contratual.

Ressalta-se que o parcelamento não compromete a execução do objeto, tampouco gera prejuízos à eficiência administrativa, uma vez que o fornecimento de cada item ocorre de forma independente, conforme a demanda da frota municipal.

Diante do exposto, conclui-se pela adoção do parcelamento do objeto por itens,



MUNICÍPIO DE COCOS

correspondentes aos diferentes tipos de combustíveis, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Para a execução da solução proposta, não se identificam contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à sua viabilização, uma vez que o fornecimento de combustíveis automotivos (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum) pode ser realizado de forma autônoma, mediante contratação direta de fornecedor apto.

Ressalta-se que a presente contratação guarda relação com a gestão da frota municipal, podendo existir instrumentos administrativos complementares, tais como sistemas de controle interno de abastecimento, manutenção de veículos e acompanhamento de consumo. Todavia, tais instrumentos possuem caráter acessório e não configuram condição para a execução do objeto.

Adicionalmente, eventuais contratações relacionadas à manutenção de veículos, locação de frota ou gestão de transportes não interferem diretamente na execução do fornecimento de combustíveis, sendo tratadas de forma independente no âmbito da Administração.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não depende de outras contratações para sua implementação, tampouco condiciona a execução de outros ajustes, não havendo interdependência relevante a ser considerada.

9. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

A presente contratação não consta formalmente em Plano de Contratações Anual (PCA), tendo em vista que o Município ainda não implementou referido instrumento de planejamento em sua estrutura administrativa.

Ressalta-se, contudo, que a ausência do PCA não inviabiliza a contratação, desde que devidamente justificada e alinhada aos demais instrumentos de planejamento e orçamento público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, a contratação pretendida encontra-se devidamente compatível com os instrumentos de planejamento do Município, quais sejam:

Plano Plurianual (PPA): a despesa está alinhada aos programas e ações governamentais voltados à manutenção das atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais, especialmente aquelas que demandam utilização contínua de veículos e equipamentos;

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): a contratação atende às prioridades e metas da Administração Pública, observando as diretrizes para a execução das despesas públicas e a



MUNICÍPIO DE COCOS

manutenção dos serviços essenciais;

Lei Orçamentária Anual (LOA): há previsão orçamentária específica para a cobertura das despesas com aquisição de combustíveis, assegurando a disponibilidade de recursos para a execução contratual.

Adicionalmente, destaca-se que a presente contratação é indispensável para a continuidade dos serviços públicos, estando diretamente relacionada ao funcionamento da frota municipal, o que reforça sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamentário da Administração.

Dessa forma, conclui-se que, ainda que inexistente o Plano de Contratações Anual formalmente instituído, a contratação encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos legais de planejamento e orçamento, atendendo aos princípios da legalidade, planejamento e responsabilidade na gestão pública.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de combustíveis automotivos (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum), de modo a garantir condições adequadas para o funcionamento da frota municipal e a execução regular das atividades institucionais.

Com a adoção da solução selecionada, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Continuidade da prestação dos serviços públicos**, evitando interrupções decorrentes da indisponibilidade de combustível;
- **Eficiência operacional da frota municipal**, assegurando disponibilidade para atendimento das demandas das diversas Secretarias;
- **Adequação logística no abastecimento**, com fornecimento compatível com a realidade local e as necessidades operacionais do Município;
- **Otimização dos recursos públicos**, por meio da adoção de solução economicamente vantajosa e compatível com o mercado local;
- **Melhoria no controle e na fiscalização do consumo de combustíveis**, permitindo maior transparência na utilização dos recursos públicos;
- **Redução de riscos de desabastecimento**, garantindo regularidade no fornecimento e maior previsibilidade na gestão;
- **Aprimoramento da gestão da frota**, mediante acompanhamento sistemático dos dados de consumo e apoio à tomada de decisões administrativas.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para maior previsibilidade orçamentária das despesas com combustíveis, possibilitando melhor planejamento e controle dos gastos públicos ao longo da vigência contratual.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a adequada implementação da solução escolhida, a Administração deverá adotar providências específicas voltadas à organização do abastecimento da frota municipal e à



MUNICÍPIO DE COCOS

mitigação de riscos operacionais, destacando-se:

- Levantamento e atualização do cadastro da frota municipal, com identificação dos veículos e equipamentos que serão atendidos, incluindo tipo de combustível utilizado;
- Definição dos responsáveis pelo abastecimento em cada unidade administrativa, com a devida padronização dos procedimentos de solicitação e autorização;
- Estabelecimento de rotina de controle de consumo, com definição dos instrumentos de registro e acompanhamento dos abastecimentos;
- Definição prévia dos pontos ou critérios de abastecimento, considerando a dinâmica de funcionamento das Secretarias e a necessidade de atendimento contínuo;
- Padronização dos procedimentos de fiscalização contratual, especialmente quanto à conferência dos volumes abastecidos e à compatibilidade com a demanda dos veículos;
- Ajustes internos na gestão da frota, quando necessários, para adequação à sistemática de fornecimento a ser contratada;
- Orientação dos servidores envolvidos quanto aos procedimentos operacionais, visando garantir a correta execução e controle do contrato.

Tais providências visam assegurar que a solução adotada seja implementada de forma eficiente, com adequado controle do consumo e mitigação de riscos relacionados ao fornecimento de combustíveis.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A contratação para fornecimento de combustíveis automotivos (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum) envolve potenciais impactos ambientais relacionados, principalmente, ao armazenamento, manuseio e abastecimento de combustíveis, bem como à emissão de poluentes decorrentes de sua utilização.

Dentre os principais impactos ambientais associados, destacam-se:

- risco de vazamentos e contaminação do solo e de recursos hídricos, decorrentes do armazenamento e manuseio inadequado de combustíveis;
- emissão de gases poluentes, inerentes à queima de combustíveis fósseis nos veículos da frota municipal;
- geração de resíduos contaminantes, tais como óleos, filtros e materiais utilizados na



MUNICÍPIO DE COCOS

manutenção de sistemas de abastecimento.

Considerando que o fornecimento será realizado por empresa especializada, as medidas de mitigação desses impactos concentram-se na exigência de conformidade legal e boas práticas operacionais por parte da contratada, bem como na atuação fiscalizatória da Administração.

Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes medidas de tratamento:

- exigência de que a contratada possua licenciamento ambiental válido, conforme legislação aplicável à atividade de revenda de combustíveis;
- observância das normas técnicas e ambientais relativas ao armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis;
- utilização de equipamentos adequados e regularmente aferidos, de modo a evitar vazamentos e perdas;
- adoção de práticas operacionais que reduzam riscos de contaminação ambiental;
- fiscalização, pela Administração, quanto ao cumprimento das obrigações ambientais pela contratada;
- incentivo à adequada gestão da frota municipal, com vistas à redução do consumo excessivo de combustíveis e, conseqüentemente, das emissões.

Ressalta-se que a responsabilidade direta pelos impactos ambientais decorrentes da atividade de comercialização de combustíveis é da contratada, no âmbito de sua operação, cabendo à Administração zelar pela contratação de empresa regularmente habilitada e pela fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são conhecidos, controláveis e mitigáveis, não representando óbice à sua realização.

13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Alicerçado nos elementos basilares do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), esta equipe de planejamento DECLARA que é viável a contratação em tela.

14. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

A presente contratação não é sigilosa.

15. RESPONSÁVEL(IS) PELA ELABORAÇÃO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Cocos-BA, 15 de abril de 2026.

Paulo Eduardo Kunrath

Secretário Municipal de Administração

Matrícula: 18921

Camargo Lopo de Macedo Arruda

Superintendente de Compras

Matrícula: 119229



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO	DESTINO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
1	Óleo diesel automotivo classificado como Diesel S-500	Secretaria Municipal de Transportes	Litro	24.056	R\$ 8,50	R\$ 2.125.000,00
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente		-		
		Secretaria Municipal de Infraestrutura		67.770		
		Secretaria Municipal de Finanças		-		
		Secretaria Municipal de Agricultura		-		
		Secretaria Municipal de Esportes e Lazer		-		
		Secretaria Municipal de Assistência Social		12.267		
		Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens		56.160		
		Secretaria Municipal de Administração		9.439		
		Secretaria Municipal de Educação		67.139		
		Secretaria Municipal de Saúde		13.169		
2	Gasolina automotiva classificada como Gasolina Comum	Secretaria Municipal de Transportes	Litro	8.502	R\$ 7,47	R\$ 2.241.000,00
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente		9.336		
		Secretaria Municipal de Infraestrutura		18.892		
		Secretaria Municipal de Finanças		7.276		
		Secretaria Municipal de Agricultura		12.735		
		Secretaria Municipal de Esportes e Lazer		9.382		
		Secretaria Municipal de Assistência Social		7.919		
		Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens		9.182		
		Secretaria Municipal de Administração		20.538		
		Secretaria Municipal de Educação		12.570		
		Secretaria Municipal de Saúde		183.668		
TOTAL						R\$ 4.366.000,00



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Administração**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- Gasolina Comum
- Diesel S-500

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante:

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Identificação	Total Anual (L)
Renault Duster Intp MT	SKB0D78	6.037
Renault Duster Intp MT	SKB3A72	5.966
Motocicleta ADM	—	1.191
Moto Yamaha	THF0J87	1.871
Moto Yamaha	THF9A84	1.828
Moto Yamaha	THF5I16	1.830
Moto Yamaha	THF1D52	1.815
TOTAL		20.538

TOTAL GASOLINA = 20.538 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Janeiro	1.857
Fevereiro	1.547
Março	1.782
Abril	1.685
Maio	1.782
Junho	1.547
Julho	1.782
Agosto	1.685
Setembro	1.857
Outubro	1.547
Novembro	1.782
Dezembro	1.685
TOTAL	20.538

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Tipo	Total Anual (L)
Caminhonete 4x4 Dupla	Diesel	5.020
Caminhonete 4x4 Dupla	Diesel	4.419
TOTAL		9.439

TOTAL DIESEL = 9.439 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

Mês	Litros
Janeiro	750
Fevereiro	826
Março	690
Abril	814
Maio	780
Junho	750
Julho	826
Agosto	690
Setembro	814
Outubro	780
Novembro	899



MUNICÍPIO DE COCOS

Mês	Litros
Dezembro	820
TOTAL	9.439

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	20.538 litros
Diesel S-500	9.439 litros
TOTAL GERAL	29.977 litros

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	20.538	1.711,50
Diesel	9.439	786,58

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** concentra-se nos veículos leves e motocicletas empregados em:

- deslocamentos administrativos;
- fiscalização;
- serviços internos;
- apoio logístico.

O consumo de **diesel** refere-se às caminhonetes de maior porte utilizadas em:

- deslocamentos em estradas vicinais;
- apoio operacional;
- transporte institucional em zonas rurais.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante do relatório setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Administração** apresenta necessidade anual estimada de:

- **20.538 litros de gasolina comum**
- **9.439 litros de diesel S-500**

Totalizando **29.977 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a compor a memória de cálculo consolidada do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Agricultura**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Conforme planilha encaminhada, os veículos da secretaria utilizam exclusivamente:

- **Gasolina Comum**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante do relatório setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual=Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, procedeu-se à consolidação por veículo e total geral da Secretaria.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Identificação	Total Anual (L)
Moto Yamaha XTZ	SJZ5C53	1.396
Moto Yamaha XTZ	SJZ4B20	1.397
Carro de Passeio	—	3.107
Caminhonete 4x2 Dupla	—	6.835
TOTAL		12.735

TOTAL GASOLINA = 12.735 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	1.210
Fevereiro	985

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Março	1.010
Abril	1.115
Maio	1.210
Junho	985
Julho	1.010
Agosto	985
Setembro	1.115
Outubro	985
Novembro	1.010
Dezembro	1.115
TOTAL	12.735

5. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	12.735 litros
Diesel S-500	0 litros
TOTAL GERAL	12.735 litros

6. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	12.735	1.061,25 litros

7. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo identificado concentra-se em veículos leves e utilitários empregados em:

- atendimento a produtores rurais;
- visitas técnicas em propriedades;
- fiscalização de atividades rurais;
- deslocamentos administrativos da pasta;
- apoio às ações de campo;
- circulação em zona urbana e rural.

A presença de caminhonete utilitária demonstra necessidade operacional compatível com o atendimento das demandas rurais do Município.



MUNICÍPIO DE COCOS

8. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Agricultura** apresenta necessidade anual estimada de:

- **12.735 litros de gasolina comum**

Total compatível com a rotina operacional da pasta, podendo integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta e unidades correlatas.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados a partir do consumo mensal constante da planilha setorial, mediante somatório dos meses do exercício.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Identificação	Destino	Total Anual (L)
Citroën Aircross	PLN 7D88	Conselho Tutelar	6.651
Motocicleta	NZQ 4983	Conselho Tutelar	1.268
TOTAL			7.919

TOTAL GASOLINA = 7.919 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	870
Fevereiro	740
Março	505

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Abril	610
Maio	704
Junho	505
Julho	610
Agosto	704
Setembro	704
Outubro	505
Novembro	610
Dezembro	852
TOTAL	7.919

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Micro-ônibus	Assistência Social	12.267

TOTAL DIESEL = 12.267 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

Mês	Litros
Janeiro	1.150
Fevereiro	990
Março	899
Abril	1.050
Maio	1.150
Junho	990
Julho	899
Agosto	1.050
Setembro	1.150
Outubro	990
Novembro	899
Dezembro	1.050
TOTAL	12.267

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA



MUNICÍPIO DE COCOS

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	7.919 litros
Diesel S-500	12.267 litros
TOTAL	20.186

TOTAL GERAL**20.186 litros**

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	7.919	659,92 litros
Diesel	12.267	1.022,25 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** está vinculado às atividades do **Conselho Tutelar**, especialmente:

- visitas domiciliares;
- atendimento social emergencial;
- deslocamento urbano e rural;
- acompanhamento de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade.

O consumo de **diesel** decorre da utilização de micro-ônibus empregado em:

- transporte de usuários de programas sociais;
- deslocamento coletivo;
- apoio logístico da Secretaria;
- ações itinerantes em comunidades.

Os quantitativos revelam compatibilidade com a natureza operacional da pasta.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Assistência Social** apresenta necessidade anual estimada de:

- **7.919 litros de gasolina comum**
- **12.267 litros de diesel S-500**

Totalizando **20.186 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Educação**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Carro de Passeio	Educação	2.233
Carro de Passeio	Educação	2.234
Motocicleta	Educação	974
SUV 7 Lugares	Educação	3.402
Caminhonete 4x2 Simples	Educação	3.727
TOTAL		12.570

TOTAL GASOLINA = 12.570 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Janeiro	1.210
Fevereiro	985
Março	1.010
Abril	985
Maio	1.210
Junho	985
Julho	1.010
Agosto	985
Setembro	1.210
Outubro	985
Novembro	1.010
Dezembro	985
TOTAL	12.570

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Identificação	Total Anual (L)
GM D-20	KBC-9876	23.119
GM/S10	PJI-7446	22.117
Caminhonete 4x4 Dupla	Educação	21.903
TOTAL		67.139

TOTAL DIESEL = 67.139 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

Mês	Litros
Janeiro	5.282
Fevereiro	5.688
Março	5.805
Abril	5.282
Maio	5.282
Junho	5.282
Julho	6.688
Agosto	5.890
Setembro	5.688
Outubro	5.282



MUNICÍPIO DE COCOS

Mês	Litros
Novembro	5.688
Dezembro	5.282
TOTAL	67.139

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	12.570 litros
Diesel S-500	67.139 litros
TOTAL GERAL	79.709 litros

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	12.570	1.047,50 litros
Diesel	67.139	5.594,92 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** está vinculado a veículos leves utilizados em:

- supervisão escolar;
- apoio administrativo;
- visitas técnicas;
- deslocamentos internos da Secretaria;
- atendimento às unidades escolares.

O consumo de **diesel** concentra-se em veículos de maior porte, utilizados em:

- transporte de materiais;
- deslocamentos em zona rural;
- apoio logístico à rede municipal;
- atendimento operacional das demandas da educação.

Os quantitativos demonstram compatibilidade com a estrutura administrativa e territorial do Município.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Educação** apresenta necessidade anual estimada de:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- **12.570 litros de gasolina comum**
- **67.139 litros de diesel S-500**

Totalizando **79.709 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Conforme planilha encaminhada, a Secretaria possui consumo identificado exclusivamente de:

- **Gasolina Comum**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e total geral da Secretaria.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
SUV 5 Lugares	Secretaria de Esporte e Lazer	9.382
TOTAL		9.382

TOTAL GASOLINA = 9.382 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	751
Fevereiro	878
Março	751
Abril	705

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Maio	878
Junho	751
Julho	878
Agosto	751
Setembro	878
Outubro	705
Novembro	751
Dezembro	705
TOTAL	9.382

5. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	9.382 litros
Diesel S-500	0 litros
TOTAL	9.382

TOTAL GERAL**9.382 litros****6. MÉDIA MENSAL**

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	9.382	781,83 litros

7. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo identificado refere-se a veículo utilitário esportivo utilizado nas atividades institucionais da Secretaria, especialmente:

- apoio logístico a eventos esportivos;
- transporte de materiais esportivos;
- deslocamento para campeonatos e competições;
- acompanhamento de atividades recreativas;
- visitas técnicas em praças esportivas e campos;
- ações de incentivo ao esporte e lazer.

O quantitativo estimado demonstra compatibilidade com a rotina operacional da pasta.

8. CONCLUSÃO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** apresenta necessidade anual estimada de:

- **9.382 litros de gasolina comum**

Total compatível com a demanda operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual=Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Caminhonete 4x4 Dupla	Estradas e Rodagens	9.182
TOTAL		9.182

TOTAL GASOLINA = 9.182 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	878
Fevereiro	658
Março	878
Abril	658



MUNICÍPIO DE COCOS

Mês	Litros
Maio	878
Junho	658
Julho	720
Agosto	878
Setembro	658
Outubro	720
Novembro	878
Dezembro	720
TOTAL	9.182

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Caminhão 3.000K	Estradas e Rodagens	56.160

TOTAL DIESEL = 56.160 litros

6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL

Mês	Litros
Janeiro	5.461
Fevereiro	4.260
Março	3.980
Abril	4.650
Maio	5.250
Junho	4.205
Julho	4.315
Agosto	5.314
Setembro	4.650
Outubro	5.350
Novembro	4.205
Dezembro	4.520
TOTAL	56.160

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA



MUNICÍPIO DE COCOS

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	9.182 litros
Diesel S-500	56.160 litros

TOTAL GERAL**65.342 litros**

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	9.182	765,17 litros
Diesel	56.160	4.680,00 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** está vinculado à caminhonete de apoio utilizada em:

- supervisão de vias rurais;
- deslocamento técnico;
- acompanhamento de equipes de campo;
- fiscalização de serviços.

O consumo de **diesel** concentra-se no caminhão operacional empregado em:

- recuperação de estradas vicinais;
- transporte de materiais;
- manutenção de pontes e acessos;
- suporte às ações de infraestrutura viária;
- atendimento contínuo da malha rural do Município.

Os quantitativos demonstram compatibilidade com a extensa demanda operacional do setor.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens** apresenta necessidade anual estimada de:

- **9.182 litros de gasolina comum**
- **56.160 litros de diesel S-500**

Totalizando **65.342 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Finanças**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Conforme planilha encaminhada, a Secretaria possui consumo identificado exclusivamente de:

- **Gasolina Comum**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e total geral da Secretaria.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Carro de Passeio	Secretaria de Finanças	7.276
TOTAL		7.276

TOTAL GASOLINA = 7.276 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	505
Fevereiro	610
Março	704
Abril	505



MUNICÍPIO DE COCOS

Mês	Litros
Maio	610
Junho	704
Julho	505
Agosto	610
Setembro	704
Outubro	505
Novembro	610
Dezembro	704
TOTAL	7.276

5. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	7.276 litros
Diesel S-500	0 litros

TOTAL GERAL **7.276 litros**

6. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	7.276	606,33 litros

7. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo identificado refere-se a veículo leve utilizado nas atividades institucionais da Secretaria, especialmente:

- deslocamentos administrativos;
- serviços bancários e financeiros;
- apoio à arrecadação e fiscalização;
- transporte de documentos oficiais;
- diligências junto a órgãos externos;
- atendimento às demandas internas da pasta.

O quantitativo estimado demonstra compatibilidade com a rotina operacional do setor fazendário municipal.

8. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria**



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Municipal de Finanças apresenta necessidade anual estimada de:

- **7.276 litros de gasolina comum**

Total compatível com a demanda operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos, caminhões, máquinas e motores vinculados à pasta.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por equipamento e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Carro de Passeio	Infraestrutura	2.767
Carro de Passeio	Infraestrutura	2.708
Caminhonete 4x4 Dupla	Infraestrutura	6.741
Caminhonete 4x2 Simples	Infraestrutura	6.676
TOTAL		18.892

TOTAL GASOLINA = 18.892 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	1.658

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Fevereiro	1.495
Março	1.595
Abril	1.495
Maio	1.595
Junho	1.495
Julho	1.658
Agosto	1.595
Setembro	1.495
Outubro	1.658
Novembro	1.495
Dezembro	1.658
TOTAL	18.892

5. EQUIPAMENTOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Equipamento / Unidade	Total Anual (L)
Caminhão Limpa Fossa	6.893
Caminhão 3.000K	6.841
Capitão do Mato – B9 Yanmar	6.834
Capivara – B9 Yanmar	6.748
Mocó – B9 Yanmar	6.721
Vereda da Cruz – B9 Yanmar	6.775
Camaçari 3 – B9 Yanmar	6.734
Pajeú – B9 Yanmar	6.725
Arroz – B9 Yanmar	6.751
Barreiro Grande – B9 Yanmar	6.748
TOTAL	67.770

TOTAL DIESEL = 67.770 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

Mês	Litros
Janeiro	6.372
Fevereiro	5.282
Março	4.750

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Abril	5.282
Maio	6.372
Junho	5.282
Julho	6.372
Agosto	4.750
Setembro	5.282
Outubro	6.372
Novembro	5.282
Dezembro	6.372
TOTAL	67.770

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	18.892 litros
Diesel S-500	67.770 litros

TOTAL GERAL**86.662 litros****8. MÉDIA MENSAL**

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	18.892	1.574,33 litros
Diesel	67.770	5.647,50 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** está vinculado aos veículos leves e utilitários utilizados em:

- fiscalização urbana;
- acompanhamento de obras;
- deslocamentos administrativos;
- supervisão de equipes externas;
- apoio operacional da Secretaria.

O consumo de **diesel** concentra-se em caminhões e motores estacionários utilizados em:

- manutenção urbana;
- limpeza pública;
- apoio a sistemas de abastecimento;



MUNICÍPIO DE COCOS

- serviços operacionais diversos;
- funcionamento de motores/bombas em comunidades;
- atendimento continuado de demandas estruturais do Município.

Os quantitativos demonstram compatibilidade com a elevada carga operacional da pasta.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Infraestrutura** apresenta necessidade anual estimada de:

- **18.892 litros de gasolina comum**
- **67.770 litros de diesel S-500**

Totalizando **86.662 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Conforme planilha encaminhada, a Secretaria possui consumo identificado exclusivamente de:

- **Gasolina Comum**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e total geral da Secretaria.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Caminhonete 4x2 Dupla	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	9.336
TOTAL		9.336

TOTAL GASOLINA = 9.336 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	878
Fevereiro	751
Março	705
Abril	878

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Maio	751
Junho	705
Julho	878
Agosto	751
Setembro	705
Outubro	878
Novembro	751
Dezembro	705
TOTAL	9.336

5. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	9.336 litros
Diesel S-500	0 litros

TOTAL GERAL **9.336 litros**

6. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	9.336	778,00 litros

7. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo identificado refere-se a caminhonete utilitária empregada nas atividades institucionais da Secretaria, especialmente:

- fiscalização ambiental;
- vistorias em áreas urbanas e rurais;
- acompanhamento de ações de preservação;
- monitoramento de áreas públicas;
- apoio a campanhas ambientais;
- deslocamento técnico em vias urbanas e estradas vicinais.

O quantitativo estimado demonstra compatibilidade com a rotina operacional da pasta e com a abrangência territorial do Município.

8. CONCLUSÃO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** apresenta necessidade anual estimada de:

- **9.336 litros de gasolina comum**

Total compatível com a demanda operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Saúde**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta, unidades básicas, hospital municipal e demais serviços correlatos.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo / Unidade	Destino	Total Anual (L)
Montana LS2	Hospital	13.825
Montana LS3	Hospital	13.833
Montana LS4	Hospital	13.904
Montana LS5	Hospital	13.857
Fiorino	Hospital	9.679
Fiat Estrada	Vigilância Sanitária	9.622
VW Saveiro	Hospital	9.395
Kwid	Saúde	13.722
Kwid	Saúde	13.765
Carro de Passeio	Atenção Básica	7.411
Carro de Passeio	Atenção Básica	7.422
Carro de Passeio	Atenção Básica	7.460

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Veículo / Unidade	Destino	Total Anual (L)
Carro de Passeio	Atenção Básica	7.557
Caminhonete 4x2 Simples	Atenção Básica	12.327
Caminhonete 4x2 Simples	Atenção Básica	12.427
Carro de Passeio	Hospital	7.536
Motocicleta	Hospital	1.145
Motocicleta	Hospital	1.152
Carro de Passeio	CAPS	7.629
TOTAL		183.668

TOTAL GASOLINA = 183.668 litros**4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA**

Mês	Litros
Janeiro	16.410
Fevereiro	14.850
Março	16.410
Abril	14.850
Maio	13.587
Junho	16.410
Julho	15.044
Agosto	16.410
Setembro	14.850
Outubro	13.587
Novembro	14.850
Dezembro	16.410
TOTAL	183.668

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Caminhonete 4x4 Dupla	Hospital	6.483
Caminhonete 4x4 Dupla	Hospital	6.686
TOTAL		13.169

TOTAL DIESEL = 13.169 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Janeiro	1.150
Fevereiro	990
Março	899
Abril	1.250
Maio	1.150
Junho	990
Julho	1.250
Agosto	1.050
Setembro	1.150
Outubro	990
Novembro	1.250
Dezembro	1.050
TOTAL	13.169

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	183.668 litros
Diesel S-500	13.169 litros

TOTAL GERAL **196.837 litros**

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	183.668	15.305,67 litros
Diesel	13.169	1.097,42 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** concentra-se na extensa frota vinculada aos serviços de saúde, especialmente:

- transporte de pacientes;
- atendimentos hospitalares;
- visitas domiciliares;
- ações da atenção básica;
- vigilância sanitária;
- deslocamentos administrativos;



MUNICÍPIO DE COCOS

- serviços do CAPS;
- apoio emergencial.

O consumo de **diesel** está associado a veículos utilitários de maior porte empregados em:

- deslocamentos em áreas rurais;
- apoio logístico hospitalar;
- transporte institucional de longa distância;
- atendimento operacional da rede de saúde.

Os quantitativos demonstram compatibilidade com a elevada demanda permanente da pasta.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Saúde** apresenta necessidade anual estimada de:

- **183.668 litros de gasolina comum**
- **13.169 litros de diesel S-500**

Totalizando **196.837 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



MUNICÍPIO DE COCOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Consumo de Combustíveis

1. OBJETO

Demonstrar a memória de cálculo dos quantitativos de combustíveis destinados à **Secretaria Municipal de Transporte**, com base no histórico mensal de abastecimento dos veículos vinculados à pasta.

Foram identificados dois grupos de consumo:

- **Gasolina Comum**
- **Diesel S-500**

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Os quantitativos anuais foram apurados mediante levantamento do consumo mensal constante da planilha setorial.

Fórmula aplicada:

Total Anual = Jan+Fev+Mar+Abr+Mai+Jun+Jul+Ago+Set+Out+Nov+Dez

Posteriormente, realizou-se a consolidação por veículo e por tipo de combustível.

3. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM GASOLINA COMUM

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Motocicleta	Secretaria Municipal de Transporte	8.502
TOTAL		8.502

TOTAL GASOLINA = 8.502 litros

4. MEMÓRIA MENSAL – GASOLINA

Mês	Litros
Janeiro	751
Fevereiro	658
Março	751
Abril	705

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Mês	Litros
Maio	658
Junho	751
Julho	658
Agosto	751
Setembro	658
Outubro	705
Novembro	751
Dezembro	705
TOTAL	8.502

5. VEÍCULOS ABASTECIDOS COM DIESEL S-500

Veículo	Destino	Total Anual (L)
Caminhonete 4x4 Dupla	Secretaria Municipal de Transporte	24.056
TOTAL		24.056

TOTAL DIESEL = 24.056 litros**6. MEMÓRIA MENSAL – DIESEL**

Mês	Litros
Janeiro	2.502
Fevereiro	1.890
Março	1.980
Abril	1.196
Maio	2.502
Junho	1.958
Julho	2.502
Agosto	1.890
Setembro	1.980
Outubro	1.196
Novembro	2.502
Dezembro	1.958
TOTAL	24.056

7. CONSOLIDAÇÃO GERAL DA SECRETARIA



MUNICÍPIO DE COCOS

Combustível	Quantidade
Gasolina Comum	8.502 litros
Diesel S-500	24.056 litros

TOTAL GERAL**32.558 litros**

8. MÉDIA MENSAL

Item	Total Anual	Média Mensal
Gasolina	8.502	708,50 litros
Diesel	24.056	2.004,67 litros

9. ANÁLISE TÉCNICA

O consumo de **gasolina** está vinculado à motocicleta utilizada em:

- serviços externos;
- entregas administrativas;
- deslocamentos rápidos urbanos;
- apoio operacional da Secretaria.

O consumo de **diesel** concentra-se na caminhonete utilitária de maior porte utilizada em:

- acompanhamento da frota municipal;
- suporte logístico;
- deslocamentos em estradas vicinais;
- transporte de peças e equipamentos;
- fiscalização operacional;
- atendimento de demandas intersetoriais.

Os quantitativos demonstram compatibilidade com a natureza operacional da pasta.

10. CONCLUSÃO

Com base no histórico mensal constante da planilha setorial, conclui-se que a **Secretaria Municipal de Transporte** apresenta necessidade anual estimada de:

- **8.502 litros de gasolina comum**
- **24.056 litros de diesel S-500**

Totalizando **32.558 litros**, quantitativo compatível com a rotina operacional da pasta e apto a integrar a memória de cálculo consolidada do processo licitatório municipal.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE COCOS - BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o nº 14.222.012/0001/75, representado neste ato pelo Senhor Clewton Domingues de Souza, brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXXXXXX SSP/XX e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX XXXX, XX, XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, , legalmente investido e no exercício pleno de Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa XXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 129-2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90010-2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 - 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.12. Emitir e controlar as autorizações de abastecimento, contendo as informações necessárias à execução do objeto, garantindo a rastreabilidade das operações realizadas.
- 8.1.13. Manter atualizadas as informações relativas à frota municipal, bem como adotar mecanismos de controle e acompanhamento do consumo de combustíveis, visando à adequada gestão contratual.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.2. Fornecer combustíveis (óleo diesel comum S-500 e gasolina comum) em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando os padrões de qualidade vigentes.
- 9.1.3. Garantir que os combustíveis fornecidos sejam isentos de adulterações, impurezas ou quaisquer substâncias que comprometam seu desempenho, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados à frota municipal.
- 9.1.4. Realizar o abastecimento de forma contínua, imediata e conforme a demanda da Administração, assegurando a disponibilidade regular dos combustíveis durante toda a vigência contratual.
- 9.1.5. Disponibilizar posto de abastecimento localizado na sede do Município de Cocos–BA, em condições adequadas de funcionamento e atendimento.
- 9.1.6. Manter as bombas e equipamentos de abastecimento em perfeito estado de funcionamento, devidamente aferidos e certificados pelos órgãos competentes.
- 9.1.7. Registrar todas as operações de abastecimento, contendo, no mínimo:
- I – identificação do veículo ou equipamento;
 - II – tipo de combustível;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

III – quantidade fornecida;

IV – data e horário;

V – identificação do responsável.

9.1.8. Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados.

9.1.9. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, eventuais irregularidades no fornecimento.

9.1.10. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.

9.1.11. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.12. Comprovar, quando solicitado, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

9.1.13. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade.

9.1.14. Comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto.

9.1.15. Observar as normas ambientais, de segurança e regulatórias aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis, mantendo licenciamento válido.

9.1.16. Não interromper o fornecimento sem prévia justificativa aceita pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

9.1.17. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, sem prejuízo das garantias descritas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cocos-BA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.009.2006 – Gestão da Secretaria de Administração

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 - Fonte

06.181.022.2009 – Gestão da Ordem Pública

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

1500 – Fonte

04.122.003.2048 – Gestão do Conselho Tutelar

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.08.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20.122.045.2058 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.15.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.245.026.2235 – Bloco da Proteção Social Básica

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661, 1660 – Fontes

08.245.027.2316 – Bloco da Proteção Social Especial

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661 - Fontes

08.122.040.2047 – Gestão Administrativa do FMAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

08.122.006.2070 – Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família – IGDBF

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1660 – Fonte

08.122.006.2073 – Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do SUAS – IGDSUAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1660 – Fonte

02.04.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.042.2016 - Gestão do FUNDEB

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1540, 1541, 1543 - Fontes

12.361.042.2017 - Gestão do Ensino Fundamental

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

12.361.042.2023 - Gestão do Ensino Fundamental – QSE

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1550 - Fonte

12.361.042.2024 - Programa de Dinheiro Direto da Escola

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1551 - Fonte

12.361.042.2025 - Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1553 - Fonte

12.365.025.2021 - Gestão da Educação Infantil

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

12.365.025.2312 - Gestão da Educação Infantil – Fundeb

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1540, 1541 – Fonte

02.12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

27.812.015.2026 Gestão das Ações de Esporte e Lazer

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

27.812.015.2044 Gestão do Desporto Amador

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.17.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS

26.782.011.2036 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.003.2010 Gestão da Tesouraria

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.16.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

15.122.035.2037 - Gestão do Departamento de Obras, Urbanismo e Serv. Públicos

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500, 1706, 1708, 1750, 1720 - Fontes

15.452.035.2040 - Gestão dos Serviços de Limpeza Pública

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

15.452.011.2042 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.09.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

04.122.050.2062 - Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 – Fonte

02.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.030.2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500, 1502 - Fonte

10.301.032.2027 - Gestão das Ações da Atenção Primária.

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1502, 1659, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.301.032.2030 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família – ESF

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1621, 1600, 1500 - Fontes

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ nº 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.301.032.2034 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde Bucal – ESB

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2075 - Gestão de Ações da Atenção Especializada – MAC

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2300 - Gestão das Ações do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 - Fontes

10.304.030.2035 - Gestão das Ações de Vigilância em Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 – Fontes

02.10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

26.782.011.2038 - Gestão das Ações da Secretaria de Transportes

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Fonte

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município de Cocos-BA, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Cocos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cocos-BA, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ:

CONTRATADA